



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL

JULIANA MATIAS PEREIRA SALES

**A ANTESSALA DA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NO
CONTEXTO CULTURAL**

- uma breve análise dos avanços da gestão de Celso Furtado no Ministério da
cultura e a gestão pública por meio de uma perspectiva cultural -

Rio de Janeiro

2024

JULIANA MATIAS PEREIRA SALES

**A ANTESSALA DA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 NO
CONTEXTO CULTURAL**

- uma breve análise dos avanços da gestão de Celso Furtado no Ministério
da cultura e a gestão pública por meio de uma perspectiva cultural -

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientadora: Renata Bastos da Silva

Rio de Janeiro

2024

CIP - Catalogação na Publicação

S94a Sales, Juliana Matias Pereira
A Antessala da Elaboração da Constituição Federal de 1988 no Contexto Cultural: uma breve análise dos avanços da gestão de Celso Furtado no Ministério da Cultura e a gestão pública por meio de uma perspectiva cultural / Juliana Matias Pereira Sales. -- Rio de Janeiro, 2024.
31 f.

Orientadora: Renata Bastos da Silva.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social, 2024.

1. Administração Pública Brasileira. 2. Gestão Cultural. 3. Redemocratização. 4. Celso Furtado. 5. José Sarney. I. Silva, Renata Bastos da, orient. II. Título.

JULIANA MATIAS PEREIRA SALES

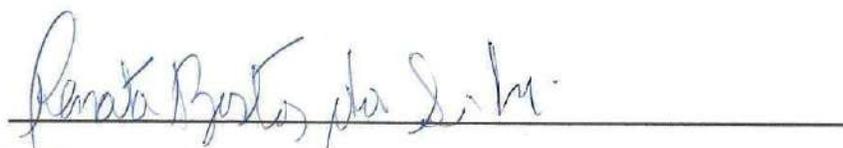
**A ANTESSALA DA ELABORAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988 NO CONTEXTO CULTURAL**

Uma Breve Análise dos Avanços da Gestão de Celso Furtado no
Ministério da Cultura e a Gestão Pública por meio de uma
Perspectiva Cultural

Trabalho de Conclusão de Curso
entregue ao Curso de Bacharelado
em Gestão Pública para o
Desenvolvimento Econômico e
Social do Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro – UFRJ, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do
título de Bacharel.

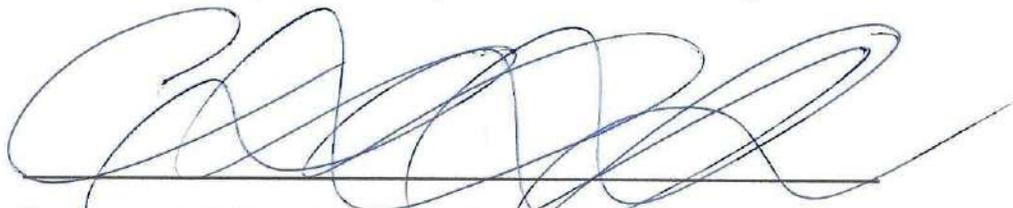
Apresentado em: 24/06/2024

BANCA EXAMINADORA



Professora Adjunta Dr^a Renata Bastos da Silva

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Professor Dr^o Ricardo José de Azevedo Marinho

Professor da Faculdade Unyleya, da Universidade Corporativa da CEDAE e do
Instituto Devecchi

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, a minha fé em meus orixás que me fizeram acreditar que eu sempre poderia ir mais longe do que sempre acreditei, sendo referência de refúgio e paz.

Aos meus pais, que nunca mediram esforços para me proporcionar todo amor, carinho e recursos para que eu chegasse até aqui, e a minha irmã que me faz ser uma pessoa melhor a cada dia. Devo muito do que sou a vocês.

Aos meus avôs, *in memoriam*, que sempre tinham as palavras certas nos momentos mais incertos da minha vida, e as minhas avós que são o sol e inspiração da minha vida.

À minha família, que sempre vibrou comigo em todas as conquistas e são o pilar que me suporta em todas as batalhas, nunca poderei agradecer o suficiente.

À amiga, Micaela, que dividiu e trocou comigo muitos momentos de dificuldade ao longo desse processo, você faz parte das minhas vitórias.

Aos amigos Marja Lopes, Mariana Velloso, Vitória Ávila e Nicolas Gonçalves que foram o maior sinônimo de companheirismo e apoio ao longo da graduação, seria impossível chegar até aqui sem vocês.

À amiga, Sofia Piscitelli, minha graduação é nossa.

Aos professores, Renata Bastos, Sandra Becker e Ricardo Marinho que me introduziram a extensão universitária, me proporcionando experiências que agregaram indescritivelmente ao longo da graduação.

À Bolsa PIBIAC/UFRJ, que proporcionou o entendimento que há gestão pública valorável dentro do âmbito cultural.

RESUMO

O artigo apresenta uma breve análise do processo histórico da gestão do Ministério da Cultura (1986-1988), situando-se no contexto da redemocratização do Brasil, para superar a administração do regime civil-militar. Esse contexto teve como marco a Emenda Dante de Oliveira, que impulsionou o movimento, em 1984, pelas eleições diretas, conhecido como Diretas Já. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 5, de 2 de março de 1983, mais conhecida como Emenda Constitucional Dante de Oliveira, decidiria sobre o restabelecimento das eleições diretas para presidente da república no Brasil após 20 anos de regime civil-militar. Esse movimento foi fundamental para a eleição do primeiro presidente civil no colégio eleitoral, em 1985, Tancredo Neves, cujo falecimento resultou na ascensão de José Sarney à presidência. Durante a gestão de Sarney (1985-1990), o economista Celso Furtado foi convidado, com um acordo com a classe artística do Brasil, a assumir o Ministério da Cultura. Sua gestão foi marcada por mudanças significativas e inovações na política cultural do país. Um exemplo notável foi a criação da primeira Lei de Incentivo à Cultura, formalizada pela Lei 7.505, além da ampliação da compreensão da cultura para além do mero entretenimento, reconhecendo-a como um elemento crucial para o desenvolvimento econômico e como guardiã da herança e memória cultural. Essas ideias foram posteriormente incorporadas à Constituição Federal de 1988, que passou a garantir os direitos culturais como parte integrante dos direitos fundamentais. A gestão de Celso Furtado promoveu uma visão mais abrangente da produção cultural e sua importância na construção de uma administração pública mais equitativa. Esse legado ressoa na atualidade, refletindo-se na gestão pública orientada pela valorização da cultura, e na inclusão da sociedade civil como participante ativa no âmbito público e político, delineando uma nova perspectiva para a gestão cultural no país.

Palavras-chave: redemocratização; Ministério da Cultura; Celso Furtado, José Sarney; administração pública brasileira; gestão cultural; pesquisa; extensão; cultura.

ABSTRACT

The article presents an analysis of the historical process of managing the Ministry of Culture, situated in the context of Brazil's redemocratization after the period of military rule. This period was marked by the Dante de Oliveira Amendment, which propelled the movement for direct elections, known as Diretas Já. This movement was crucial for the election of the first civilian president, Tancredo Neves, whose death led to José Sarney assuming the presidency. During Sarney's tenure, the renowned economist Celso Furtado was invited to take over the Ministry of Culture. His management was characterized by significant changes and innovations in the country's cultural policy. A notable example was the creation of the first Cultural Incentive Law, formalized by Law 7,505, expanding the understanding of culture beyond mere entertainment, recognizing it as a crucial element for economic development and as a guardian of cultural heritage and memory. These ideas were later incorporated into the 1988 Federal Constitution, which guaranteed cultural rights as integral to fundamental rights. Celso Furtado's management promoted a more comprehensive view of cultural production and its importance in building a more equitable public administration. This legacy resonates today, reflected in public management focused on cultural appreciation and the inclusion of civil society as an active participant in the public and political spheres, outlining a new perspective for cultural management in the country.

Keywords: redemocratization; Ministry of Culture; Celso Furtado; José Sarney; Brazilian public administration; cultural management; research; outreach; culture.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA QUE ANTECEDEU O DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CULTURA.....	10
2.1 Emenda Dante de Oliveira	10
2.2 Governo José Sarney	13
2.2.1 A construção do Ministério da Cultura	15
3 A ECONOMIA E A GESTÃO CULTURAL	16
3.1 Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento	16
3.2 O Panorama do Ministério da Cultura	18
3.3 A atuação de Celso Furtado no Ministério da Cultura.....	21
4 A GESTÃO CULTURAL E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca esclarecer de que forma a política cultural influencia na dinâmica de construção da gestão cultural, por meio de uma breve análise que se inaugura na antessala do desenvolvimento da Constituição Federal 1988 (CF 88). Partimos da tese de que as necessidades de políticas culturais e os desafios enfrentados no cenário de transição democrática com a eleição do primeiro presidente civil, no colégio eleitoral, após quase 20 anos. Através do estabelecimento de uma frente democrática formada dentro do colégio eleitoral, com consequência direta do movimento Diretas Já e o nascimento da gestão pública por um viés cultural corroboraram para a criação do Ministério da Cultura.

“O setor de cultura esteve inscrito no Ministério de Educação e Saúde (1930) até passar a compor o novo Ministério de Educação e Cultura, em 1953. Foram precisos mais 32 anos para a independência e autonomia da cultura em um ministério específico (1985)” (RUBIM, 2012). Visando aprofundar a compreensão acerca dos debates políticos que envolveram a necessidade de estabelecer um Ministério dedicado exclusivamente à esfera cultural, incumbido de elaborar políticas culturais, fomentar a produção artística, fomentar a inclusão social por meio da cultura e salvaguardar o patrimônio histórico e cultural nacional.

“Outra das ênfases dos nomeados discursos programáticos encontra uma sintonia fina com a ideia de força da luta contra o autoritarismo e o elitismo: a ampliação do conceito de cultura” (GIL, 2003). O cenário pós-ditatorial exprime as bases administrativas que são problemáticas que se estendem até a atualidade sendo causa de instabilidades que substancialmente influenciam na descredibilização e sucateamento de projetos culturais, e no desenvolvimento de uma gestão cultural eficiente.

Buscando traçar a evolução política e social que se inicia neste estudo a partir da Emenda nº 5 de 1983, conhecida como Emenda Constitucional Dante de Oliveira, este projeto marca o desfecho do movimento das Diretas Já ao almejar a restauração das eleições diretas para a Presidência da República. Apesar da oposição durante a votação, o projeto não avançou, porém, seu significado político contribuiu para a erosão do regime militar, culminando na eleição de Tancredo

Neves, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), um crítico do regime, em 1985. Posteriormente, com o falecimento de Neves, seu vice José Sarney, também do PMDB, assumiu a Presidência, marcando o período de transição democrática que é o foco central desta pesquisa, especialmente no contexto da criação do Ministério da Cultura.

O segundo capítulo aborda a gestão ministerial do economista Celso Furtado, cujas teorias são fundamentais para a compreensão e análise da gestão pública. Explora-se a aplicação dos princípios econômicos no campo cultural e os motivos que levaram o Presidente José Sarney a nomear Celso Furtado como o terceiro Ministro da Cultura, de 1986 a 1988. Durante seu mandato, Furtado foi responsável pela elaboração da legislação de incentivos fiscais para a cultura, além de contribuir para a formulação da Constituição Federal de 1988 nesse contexto.

Por fim, o terceiro capítulo reitera a importância de tais marcos para a construção da história da administração pública e a menção a trabalhos de iniciação científica com incentivo à arte. O Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC/UFRJ) foi de extrema importância enquanto compus a bolsa no projeto de pesquisa na área de arte denominado “Encontros internacionais 'O brasileiro entre os outros hispanos': afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações” sob orientação da Prof^a Doutora Renata Bastos. Portanto, para que possa ser compreendido a expressão dos acontecimentos na atualidade e a possibilidade do entendimento dos desdobramentos no cenário da Universidade Pública e sua influência e participação em ações culturais que versam o contexto público e político, em uma forma menos abordada, no entanto de extrema importância, a arte.

2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA QUE ANTECEDEU O DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DA CULTURA

2.1 Emenda Dante de Oliveira

A Emenda Constitucional nº 5 de 1983 figura como um marco de inegável importância no contexto da redemocratização do Brasil. Nessa conjuntura, o país experimentava uma efervescência de movimentos sociais e expressões artísticas

que reivindicavam a instituição das "Diretas Já" como mecanismo de eleição direta dos representantes políticos. O substrato cultural, muitas vezes relegado a segundo plano, emerge como um apoio crucial para a manifestação de constantes marcos de luta e resistência política. O espectro cultural, frequentemente subestimado, constituiu-se como um dos alicerces preponderantes que propiciaram a denúncia do regime autoritário durante os anos sob regime militar.

Diante da arena de disputas políticas instaladas naquele momento, a presença de artistas potencializava o movimento. Pelo fato de a arte estar umbilicalmente vinculada à cidade, à pólis, a participação dos artistas, sobretudo nos palcos dos grandes comícios, impulsionava as multidões que acompanhavam esses eventos. (FERRON, 2019, p.159)

Os fatores que foram circunstanciais para a expressão da movimentação acerca do almejo da melhora da crise econômica e social presente no Brasil, em 1983 os governadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) assinaram um Manifesto que tinha como título a marcante premissa "A nação tem o direito de ser ouvida", a classe artística instigava na população a incidência de manifestações em busca das eleições presidenciais, reforçando a necessidade de união da forma que pudessem veicular a informação. As Diretas Já se tornam o foco e a pressão política foi sentida em diversos polos políticos, o ex-presidente Médici (1969-1974), e o atual na época João Figueiredo (1979-1985) reforçaram que a pressão popular não faria com que as eleições fossem votadas de forma positiva no Congresso.

O posicionamento do então presidente do Partido Democrático Social (PDS), José Sarney, "a oposição pensa que basta a mobilização popular para que os parlamentares do PDS resolvam votar a favor da emenda, esquecendo-se de que o fundamental é a ação no Congresso" (1984, p. 22.). Reiterando que a ação do Congresso na votação a favor das ementas têm maior ascendência do que o convencimento partidário, a circunstância ultrapassava o convencimento do partido pela rogativa popular. A prerrogativa foi bastante assertiva quando a emenda não passou na Câmara dos Deputados. (ASSIS, 2006).

No toar do enfraquecimento do regime militar se constituiu uma frente política formada pela aliança democrática entre o PMDB e a dispersão do PDS, a frente que tinha como denominação a vertente Liberal, tendo como objetivo uma disputa

política dentro das designações do regime militar, a eleição por meio de voto indireto no Colégio Eleitoral. A chapa foi composta por Tancredo Neves como presidente e José Sarney como vice-presidente, eleição se deu de forma vitoriosa e o movimento pelas Diretas Já corroborou de forma decisiva esse marco. (FERRON, ARRUDA, 2019).

O presidente eleito Tancredo Neves foi impossibilitado de tomar posse devido a sua internação às vésperas da posse, visto a necessidade de ser submetido a uma cirurgia de emergência. Por conseguinte, o vice-presidente José Sarney tomou posse interinamente em 15 de março de 1985. Mas, em 21 de abril de 1985, Tancredo Neves, veio a falecer no Instituto do Coração em São Paulo, aos 75 anos de idade, fato que trouxe comoção nacional seu corpo subiu a rampa do Palácio do Planalto onde foi velado e depois levado para sua cidade natal.(SCHWARCZ, STARLING, 2018).

Após o falecimento de Tancredo Neves, Sarney assumiu efetivamente a presidência da República. O governo de José Sarney foi marcado pela continuidade do processo de redemocratização política iniciado anteriormente, com ênfase na revogação das restrições à liberdade de expressão, especialmente no que diz respeito às manifestações políticas e artísticas. (*Idem*, 2018).

Esse período foi significativo na história do Brasil, pois representou um passo importante na consolidação do regime democrático após anos de ditadura militar, que determinava uma nova era para os artistas, permitindo maior autonomia e criação sem censura, considerando-se um marco na história cultural do país.

O processo político teve uma expressiva potência de destruição da ditadura, mas não teve tal potência para democratizar o país. Houve seguramente avanços em termos democráticos. O país tornou-se uma democracia, revolucionou-se em termos políticos, mas permaneceu distante da vida democrática plena. Os processos e transformações sociais que estiveram na base da luta complicaram a passagem da redemocratização para a democratização e de certa maneira atropelaram o pensamento de esquerda e o esforço de inovação que estavam sendo gerados nas décadas de 1970 e 1980. (WEIMAR 2011, p. 23 apud CHAUÍ, 2007, p.207)

2.2 Governo José Sarney

Após o movimento das Diretas já, e com as expressões políticas que buscavam a redemocratização um processo se destacou no âmbito político, a classe artística, como músicos, atores, escritores, dentre outros, tiveram papel salientado em tais manifestações. Tais expressões refletiram a propagação da busca por direitos e a extinção da censura como elementos essenciais do processo democrático, que não ocorreu de forma descomplicada, visto a instabilidade em que já se iniciou o governo.

[...] a retórica da Nova República, um projeto de transição ambíguo, que incluía uma solução política conservadora e uma alternativa de mudança conciliatória, mas não era nada desprezível: estava orientado para avançar na reconstrução democrática e buscar a estabilização econômica e a estabilidade institucional. (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p.405).

As flutuações nas políticas públicas acerca do cenário econômico e de políticas interna e externa que visavam reformas estruturais expuseram limitações e tensões políticas de um governo civil que ainda se ajustava à transição democrática e refletiram-se em controvérsias durante o governo de José Sarney. No entanto, é importante destacar que Sarney assumiu um compromisso que envolveu uma frente ampla de partidos e um programa republicano para a transição democrática, além de considerar as proposições utilizadas por Tancredo Neves durante o período eleitoral. Tais pontuações foram elementos significativos no contexto histórico, demonstrando a continuidade de certas políticas e compromissos assumidos anteriormente no processo político.

Esse simbolismo foi observado inicialmente através de um redirecionamento das políticas públicas estaduais no campo cultural, promovendo a criação de canais mais diretos de interação entre os governos estaduais e a esfera cultural. Essas mudanças sinalizaram um período de transformações significativas na relação entre o poder público e a classe artística, demonstrando um avanço no reconhecimento da importância da cultura como parte integral do desenvolvimento democrático da sociedade (FERRON, ARRUDA, 2019).

A indispensabilidade de novos diálogos através do campo da cultura, foi latente no processo de transição que foi indispensável nas perspectivas da gestão

cultural. O direito à cultura foi protagonizado por uma plêiade de agentes diversos, dentre os quais se destacavam intelectuais e artistas cujos interesses, delimitados por esferas específicas ou por grupos delimitados, conferiam-lhes a capacidade de articular e interferir no cenário político nacional.

Um dos eventos precursores para a criação do Ministério da Cultura, foi o evento organizado em abril de 1984 por Tancredo Neves, o Primeiro Encontro Nacional de Política Cultural, visando o encontro de secretários de cultura com um caráter plural. (FERRON, ARRUDA, 2019). Prezando a preservação de questões acerca da identidade nacional, buscando estratégias de financiamento cultural e maneiras de incentivo estatal nas particularidades que envolviam a pasta, no tocante que eram tratadas apenas de forma dissipada em cada município, e não de forma aglutinada e entendendo as perspectivas a nível nacional.

Quase todas as intervenções, com uma linha ou outra de raciocínio, seguiam a ideia geral de que o poder faz a cultura, e a cultura estabelece o poder. Do encontro participaram figuras angulares no pensamento nacional, como Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Ferreira Gullar, Carlos Castello Branco, Millôr Fernandes, Cláudio Abramo, Abdias do Nascimento, entre outros. (POERNER, 2000, p. 10).

A criação do MinC foi permeada de opiniões conflitantes, a necessidade de criação de um Ministério era vista como a resolução de problemas acerca do repasse de verba que era dividido com as questões educacionais, visto que era o Ministério da Educação e Cultura anteriormente. As necessidades culturais e educacionais deveriam ser vistas de forma separada, observando as demandas advindas dos debates sobre a promoção do espaço de incentivos a políticas culturais e da importância de uma pasta específica para os princípios democráticos. Considerações como a do senador à época Fernando Henrique Cardoso foram consideradas como prudentes “se for para ampliar o espaço e a participação para a cultura e a liberdade da expressão, ótimo. Mas se for para burocratizar, será um perigo” (Folha de S.Paulo, 1985, p. 45).

Se em matéria de recursos humanos já não somos tão insuficientes, somos carentes, em grau desesperador, de recursos financeiros. Em países como o nosso, nos quais ainda não se considera a cultura um bem de produção, esses recursos não podem vir de ações aleatórias de mecenas. A cultura, ao contrário do que se pensa, é o maior de todos os nossos bens de produção, porque todo progresso material, tecnológico, todo desenvolvimento, é consequência cultural, fruto direto da dimensão do saber (FERRON & ARRUDA, 2019, p.178 apud BIONDO, 1984, p. 29).

2.2.1 A construção do Ministério da Cultura

Tal cenário apresentado anteriormente explicita componentes inextricáveis à compreensão do projeto e do formato adquiridos pelo Ministério da Cultura do Brasil. Houve considerações acerca de que a criação de um Ministério não resolveria os problemas de incentivo e fortalecimento da pasta cultural, pois a centralização a nível nacional não conseguiria atender às necessidades antes vistas pelas secretarias estaduais. Enquanto a pontuação de que uma secretaria com visibilidade resolveria os impasses, segundo os técnicos federais “uma secretaria forte a um ministério fraco” (Botelho, 2000, p. 45).

A liderança do jornalista, político e Deputado Federal José Aparecido de Oliveira foi circunstancial para que a transformação da pasta fosse entendida como um marco da democracia, validando as opiniões que lutavam pela implementação do Ministério da Cultura.

Espero ter demonstrado que a criação prematura do Ministério, baseada em premissas alheias às efetivas necessidades naquele momento, ao invés de reforçar o prestígio e a consistência da área, foi, ao contrário, fator de desarticulação e desmoralização. O principal motivo do fracasso foi, no meu entender, o papel preponderante do jogo da política miúda que descaracterizou conteúdos, reduzindo o debate a uma disputa interna (Botelho, 2000, p. 265).

A instabilidade institucional do projeto sofreu duras críticas visto as questões acerca de trocas de ministros e denúncias de corrupção, entretanto a transição democrática que visava a redemocratização tinha a cultura como pilar estruturante de incentivo populacional e reivindicação por direitos e denúncias de censuras.

O receio do uso da cultura como instrumento ideológico ainda se colocava como uma opção pertinente visto a participação do estado como agente controlador da pasta cultural. O convite feito a Fernanda Montenegro para compor o Ministério da Cultura foi um marco significativo, refletindo a importância atribuída à participação ativa da classe artística no processo de construção democrática. Montenegro, uma figura de grande prestígio e respeito no meio cultural, representava não apenas a valorização das artes, mas também um compromisso com a pluralidade e a liberdade de expressão. Embora ela tenha declinado o convite, o gesto sublinhou a

necessidade de integrar as vozes culturais no dia a dia da política republicana, reforçando a ideia de que a cultura é um pilar fundamental para a consolidação democrática. (MONTENEGRO, 2019)

Uma pasta para cultura não correspondia às necessidades prementes da nação, que a separação entre educação e cultura traria prejuízos, além da custosa manutenção da burocracia estatal que requeria um ministério. No entanto, temiam antes de tudo, a intervenção do Estado na cultura. (FERRON & ARRUDA, 2019, p. 179)

O novo panorama cultural que se estabeleceu após o governo de José Sarney, trouxe a implementação do Ministério cultural no setor ministerial, valorizando uma pasta com perspectivas de extrema relevância para o cenário da época. Ademais, a Lei Sarney providenciou um escopo de investimento, e a essencialidade de valorizar os rendimentos, e o abatimento de impostos gerando o incentivo fiscal que a pasta necessitava nesse início ímprobo. “permitiu abater do Imposto de Renda doações (100%), patrocínios (80%) e investimentos (50%) em cultura.” (Agência Senado, 2011).

3 A ECONOMIA E A GESTÃO CULTURAL

3.1 Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento

O economista Celso Furtado é amplamente reconhecido por suas significativas contribuições no âmbito do estudo da formação econômica do Brasil contemplando o debate a respeito da dimensão cultural do desenvolvimento. Com a abordagem caracterizada por uma análise perspicaz e abrangente da realidade, buscando compreender profundamente as origens do subdesenvolvimento nos países periféricos, argumentando que essa condição está intrinsecamente ligada à modernização dos padrões de consumo, os quais são fortemente influenciados pelas relações de dependência externa. Essas relações, segundo o autor, são responsáveis por perpetuar desigualdades extremas e provocar rupturas nas estruturas sociais.

[...] dimensão cultural do desenvolvimento - ponto de partida para chegar à cultura como sistema de valores e, em etapa posterior, como manifestação maior de uma sociedade. O tema mais fascinante de Criatividade é a visão histórica e filosófica que Celso apresenta do elo entre cultura e

desenvolvimento. [...] Ele costumava dizer que o homem se justifica pelos valores que tem - corolário de que o desenvolvimento seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, em suma, de criatividade. (FURTADO, 2012).

O autor enfatiza que o subdesenvolvimento não é apenas um fenômeno econômico, mas também cultural, cuja superação requer uma abordagem que considere profundamente o aspecto cultural. Para Furtado, a cultura desempenha um papel crucial na configuração do progresso técnico e na organização da sociedade, incluindo suas instâncias de poder e tomada de decisão. Nesse contexto surge a dimensão cultural do desenvolvimento, destacando a importância de uma análise integrada dos aspectos econômicos, sociais e culturais para promover transformações significativas nas estruturas socioeconômicas dos países em desenvolvimento.

Compreendendo, desse modo, a relevância do aspecto cultural na criação e no entendimento da perspectiva social e na construção das políticas que contemplam a população possibilitando que a tomada de decisão ocorra de forma eficiente. A possibilidade de um estudo inclusivo, que permita considerar a cultura como parte constitutiva de um processo econômico e disruptivo dos valores fundamentalistas. Para Celso Furtado, a formação da identidade da sociedade se desenvolve no plano cultural advinda de uma herança cultural e fomenta a visão que se a nação se constitui antes do Estado, e a cultura é parte constituinte da formação da nação, então a cultura antecede a existência do Estado.

Ao integrar o Ministério da Cultura, Celso Furtado permitiu ampliar a discussão econômica e da dimensão cultural do desenvolvimento, possibilitando uma ampliação do escopo das políticas públicas, dos incentivos fiscais e da visibilidade de uma pasta que compreende um valor representativo. O MinC possui um papel estratégico no país, e a perspectiva de Furtado incentiva a preservação da identidade cultural, principalmente visando impulsionar os países periféricos, o que incentiva a inserção de um desenvolvimento tecnológico que emerge do processo produtivo, possibilitando à indústria cultural um processo de centralidade.

3.2 O Panorama do Ministério da Cultura

Celso Furtado assume como terceiro Ministro da Cultura (1986-1988), durante o governo Sarney e evidencia o papel de um economista dentro do âmbito cultural e artístico, contribuindo com um novo pensamento das políticas culturais. O papel contributivo de Furtado no MinC foi primordial, visto o cenário de reestruturação democrática do país, após o regime militar e no processo de implementação do Plano Cruzado, que serviu de estímulo para a Assembleia Nacional constituinte que foi pilar integrante de tal processo democrático.

A influência significativa da classe artística não se limitou ao período anterior ao regime militar e à resistência que desempenhou um papel crucial no movimento das Diretas Já, mas também se manifestou após a transição democrática como uma voz ativa nos debates e decisões políticas. Durante a transição no Ministério da Cultura e após a notável recusa da atriz Fernanda Montenegro de assumir o cargo, um grupo significativo mobilizou-se para enviar um abaixo-assinado ao então presidente José Sarney, destacando a importância de Celso Furtado.

[...] face à importância do recém-criado Ministério da Cultura no quadro da realidade brasileira e da imensa tarefa de implementá-lo, os abaixo assinados consideram que, após a indicação de Fernanda Montenegro, só um grande nome da cultura brasileira, de prestígio nacional e internacional, poderá ocupá-lo. Na certeza de estarem colaborando com o governo da Nova República, levam à consideração de Vossa Excelência o nome do eminente professor Celso Furtado para o cargo de ministro da referida pasta. (FURTADO, 2012).

O processo de formação do Ministério da Cultura foi permeado por críticas não só da classe política como da sociedade civil quanto ao difícil equilíbrio na tomada de decisão havendo momentos de ingerência ou de abstencionismo. Ao assumir o MinC, Celso Furtado lidou com uma conjunção de subdivisões desenvolvidas em momentos diferentes acerca da pasta o que configurava uma falta organizacional, necessitando de uma estruturação das pautas alinhamento das insuficiências. (Furtado, 2019)

A nova gestão iniciou-se em março de 1986, havia a imediata necessidade de uma reestruturação e da construção de um novo organograma que melhor organizasse as pautas em questão. A competência de Celso Furtado na

administração pública e na escolha de uma equipe de trabalho eficiente permitiu tais resoluções em um mês de gestão. O MinC foi delineado consoante ao exposto no Decreto nº 92.489/86 que visava definir as competências e delimitações de poder que cabiam à gerência da pasta.

O Decreto nº 92.489, emitido em 1986, foi um marco no cenário cultural brasileiro ao instituir medidas relacionadas ao Ministério da Cultura. Sob a gestão de José Sarney, foram estabelecidas diretrizes para promover a valorização das artes e da cultura nacional, refletindo a preocupação do governo com a preservação e difusão do patrimônio cultural do país. Essas ações incluíram incentivos à produção artística, proteção do acervo histórico e apoio a projetos culturais, demonstrando a relevância do Ministério da Cultura na promoção do desenvolvimento cultural e na integração das diversas manifestações artísticas no Brasil.

O Decreto estabelece as competências e estrutura do Ministério da Cultura (MinC), visando preservar e desenvolver o patrimônio cultural brasileiro, incentivar a criatividade artística e proteger a identidade cultural do país. O MinC é organizado em diversos órgãos, incluindo gabinete, consultoria jurídica, coordenadorias e conselhos, com responsabilidades específicas para assessorar o ministro, formular diretrizes, fiscalizar atividades culturais e promover intercâmbios culturais. A estrutura também abrange secretarias, departamentos e institutos voltados para atividades fins e meios, como preservação do patrimônio, apoio à produção cultural, difusão cultural, administração e controle interno, entre outros aspectos, com foco na promoção e difusão da cultura brasileira.

Celso Furtado, enquanto ministro do Ministério da Cultura, demonstrou uma consciência aguçada da complexidade envolvida na gestão de um programa cultural sujeito a constantes questionamentos sobre seus benefícios. Ele compreendeu a importância fundamental de redescobrir as pluralidades culturais do Brasil e reintegrar socialmente as premissas da liberdade de expressão. Sua abordagem não se limitou a incentivar a produção cultural, mas também enfatizou a necessidade de democratizar o acesso a essa cultura, garantindo que fosse acessível a todos os segmentos da sociedade brasileira. Furtado pontuava que “A nossa é uma difícil área de ação, pois tudo que fazamos sempre será insuficiente e objeto de crítica.

Mas nenhuma cultura se renova senão pelo debate e pela crítica" (FURTADO, 2012).

A comunicação entre as secretarias de patrimônio presentes no Ministério tornou-se um problema, visto a dificuldade de identificação das necessidades globais da pasta, pontuando a insuficiência de informações, divergindo das demandas e evidenciando as rivalidades sobre a ocupação dos cargos. Uma exemplificação de tal colocação era a relação entre a Sphan (Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico \Nacional) e a Pró-Memória, tal debate adveio de uma comunicação entre Joaquim Falcão, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória e Ângelo Santos, chefe do Ministério da cultura e secretário da Sphan, e ambos os órgãos cuidavam dos assuntos patrimoniais.

A interação entre as diversas secretarias de patrimônio no âmbito do Ministério da Cultura foi frequentemente marcada por desafios de comunicação, evidenciando dificuldades na identificação das necessidades globais da pasta. Isso se manifestou na insuficiência de informações compartilhadas, resultando em divergências em relação às demandas e revelando rivalidades relacionadas à ocupação de cargos. Um exemplo ilustrativo desse cenário pode ser observado na relação entre a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Pró-Memória, ambas responsáveis por questões patrimoniais. O debate em questão surgiu a partir de uma comunicação entre Joaquim Falcão, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, e Ângelo Santos, chefe de gabinete do Ministério da Cultura e secretário da SPHAN. (FURTADO, p.371, 2019)

Essas dificuldades comunicacionais ressaltaram a necessidade de uma coordenação mais eficaz e colaborativa entre as diferentes instâncias do Ministério da Cultura. A falta de alinhamento e a existência de rivalidades poderiam comprometer a eficiência das políticas e ações desenvolvidas, afetando negativamente a promoção e preservação da conjuntura cultural brasileira. Sendo essencial compreender de que modo foram pensados os mecanismos que incentivaram uma comunicação mais fluida e harmoniosa entre as secretarias, visando uma gestão mais integrada e efetiva dos recursos e das políticas culturais no país. (FURTADO, 2012, posição. 645)

3.3 A atuação de Celso Furtado no Ministério da Cultura

A gestão de Celso Furtado no Ministério da Cultura se destacou pela implementação da primeira legislação brasileira de incentivos fiscais voltados à produção cultural, a Lei nº 7.505, datada de 2 de julho de 1986. Furtado, com sua vasta experiência em questões de subsídios fiscais, adquirida durante sua atuação na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) entre 1950 e 1960, desenvolveu essa legislação com base em um projeto de lei proposto por José Sarney, à época senador.

A proposta foi exposta pela primeira vez em 1972, durante o primeiro mandato de José Sarney como senador. No entanto, devido às dificuldades inerentes à implementação de uma parceria público-privada em pleno regime ditatorial, não conseguiu obter a aprovação necessária. No ano seguinte, ele tentou novamente por mais duas vezes, sem sucesso. A alteração significativa posta por Celso Furtado ocorreu na melhoria e descentralização da legislação, conferindo maior eficiência e abrangência aos incentivos culturais (Agência Senado, 2011).

A Lei nº 7.505, de 1986, denominada Lei Sarney visava acerca dos benefícios fiscais sobre o imposto de renda contemplado no âmbito cultural ou artístico, representou um marco na política cultural brasileira ao estabelecer mecanismos fiscais que incentivaram a produção artística e cultural em todo o país. Ela possibilitou a captação de recursos para projetos culturais por meio de dedução fiscal para empresas que investissem em atividades culturais, contribuindo assim para o fomento e diversificação da produção cultural brasileira. Essa legislação foi um passo importante na busca pela democratização do acesso à cultura e na valorização do patrimônio artístico e cultural do Brasil.

É do Brasil que nos vem hoje o exemplo mais encorajador. A lei que Celso Furtado, ministro brasileiro da Cultura e intelectual de fama internacional, acaba de fazer o Congresso adotar permite a particulares, pelas deduções fiscais, contribuírem diretamente para o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas. A lei brasileira dá também um passo decisivo para a transformação que hoje se impõe: permitir um financiamento privado, mas controlado pelo estado, de atividades de formação. Texto que merece ser citado por sua admirável abertura de espírito (FURTADO, 2012 apud Le Monde, 1986).

O ministro Celso Furtado amalgamou seu conhecimento nas áreas de desenvolvimento, economia e cultura, proporcionando reflexões profundas sobre as diversas concepções de acesso, democratização e incentivo ao panorama cultural brasileiro. Esse contexto histórico foi marcado por desafios significativos, como a persistente desigualdade social no contexto de acesso à cultura, que o Ministério da Cultura sob sua gestão procurou abordar de forma abrangente. Nesse sentido, as políticas culturais implementadas buscaram não apenas promover a renovação cultural interna, mas também estabelecer conexões e um escopo internacional em determinados projetos, refletindo uma visão mais ampla e integrada das relações culturais e sociais do Brasil.

Visando uma compreensão mais abrangente do papel da cultura no desenvolvimento econômico brasileiro, Furtado solicitou à Fundação João Pinheiro uma pesquisa dedicada à economia da cultura no país. “(...) o primeiro diagnóstico da cultura no Brasil, para arguir a sua economicidade e retirá-la do escrínio parnasiano no qual não poderia ser tratada como objeto da economia ou de política pública.” (Furtado, 2012). Essa iniciativa teve como objetivo evidenciar como as produções culturais podem ser consideradas produtos e como a geração de empregos e os baixos custos de realização impactam diretamente a economia nacional. A pesquisa, realizada pela Fundação e publicada em 1988, trouxe à tona uma área que, até então, era pouco explorada em termos econômicos, permitindo uma compreensão mais aprofundada da produção cultural e sua influência na chamada "indústria cultural" no contexto econômico do Brasil.

A complexidade da realidade brasileira da época exigia análises que fossem além de simples proposições teóricas. O estudo realizado pela Fundação João Pinheiro ofereceu evidências concretas e palpáveis sobre o impacto econômico das atividades culturais no país. Isso permitiu uma compreensão mais sólida e embasada sobre como a cultura não apenas enriquece o panorama artístico e social, mas também desempenha um papel relevante na dinâmica econômica, gerando empregos, movimentando setores produtivos e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Ao destacar a importância econômica da cultura, a pesquisa encomendada por Furtado e realizada pela Fundação João Pinheiro contribuiu para embasar a

formulação de políticas públicas mais eficientes e direcionadas, que reconhecessem a cultura como um setor estratégico para o crescimento e a diversificação da economia brasileira.

Constituiu-se no estudo pioneiro sobre a economia da cultura no país, pelo qual se levantaram dados até então jamais apurados, mas decisivos para a política pública que se concebia na pasta ministerial, entre renitentes críticas estampadas na imprensa sobre a desnecessidade de sua existência. (FURTADO, 2012).

A participação ativa da sociedade é fundamental na construção de eficientes condutas de gestão, pois promove a inclusão, a transparência e a legitimidade das decisões. Na gestão cultural, essa participação assegura que as políticas reflitam a diversidade e as necessidades da comunidade, fortalecendo a democracia cultural. Envolver a sociedade permite implementar ações mais eficazes e sustentáveis, criando um ambiente onde a expressão artística e cultural possa prosperar. Com o intuito de fomentar tal contribuição nas decisões políticas, Celso Furtado estabeleceu o Instituto de Produção Cultural, propondo-se a estimular o pensamento crítico e aprofundado no campo da economia da cultura

A indústria cultural desempenha um papel central ao ser considerada como parte integrante do desenvolvimento tecnológico. A abordagem do autor sobre essa temática enfoca a relação entre a indústria cultural e o avanço tecnológico, resultando na implementação de uma medida de integração ministerial como incentivo à produtividade. Esse esforço conjunto envolveu o Ministério da Cultura em colaboração com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de reestruturar o contexto e promover uma abordagem mais sinérgica e eficiente no contexto do desenvolvimento cultural e tecnológico.

Além de destacar a relevância de evidenciar para os críticos que a concepção cultural transcendeu a mera ideia de entretenimento e recreação, há uma dimensão antropológica que se baseia no estudo das interações sociais em contextos laborais e acadêmicos, e seu impacto na qualidade de vida. (FURTADO, 2012, posição.1223)

A visão de não comprometer a preservação da herança cultural, que engloba expressões patrimoniais e a manutenção de relações e tradições, estimula o meio

social a desenvolver impulsos criativos em suas realizações. A memória coletiva, entendida como o acervo cultural que a sociedade detém dos eventos passados, desempenha um papel essencial como forma de participação política. A ação pública que visa democratizar esses elementos culturais não apenas perpetua a memória, mas também assegura a preservação da herança cultural. “Demais, como a herança cultural e a criatividade se inserem na pluralidade étnica do país, o avanço na conscientização das populações negras e indígenas é visto como ampliação do nosso horizonte cultural.” (FURTADO, 2012 [1986], p. 103-104).

Durante sua gestão no Ministério da Cultura, Celso Furtado desempenhou um papel de grande relevância, focalizando projetos em diversas esferas e áreas cruciais para a eficácia da instituição. Estas áreas incluíam a ampliação das relações internacionais, a preservação da memória e do cotidiano, bem como o fomento da produção cultural. As secretarias do Ministério demonstraram um compromisso significativo com a cuidadosa institucionalização e supervisão das medidas necessárias para a realização desses projetos, contribuindo assim para a eficiência e alcance dos objetivos ministeriais.

O economista demonstrava um compromisso em abranger todas as regiões do país, adotando uma abordagem cautelosa em relação às necessidades locais. Ele valorizava a pluralidade das expressões culturais presentes em cada estado, buscando assim reduzir as discrepâncias e evitar a predominância de uma expressão sobre outra. Além disso, Furtado contribuiu de maneira inovadora para o desenvolvimento de políticas públicas, visando promover uma maior inclusão e equidade social. (FURTADO, 2021, p. 275)

Portanto, tais iniciativas possibilitaram uma participação ativa das comissões do Ministério da Cultura no apoio à Assembleia Nacional Constituinte, desempenhando um papel significativo no contexto cultural ao contribuir com redações para os artigos relacionados à Constituição Federal de 1988. Essas ações foram direcionadas para combater propostas que buscavam limitar a atuação de preservação do patrimônio cultural, como estabelecido no Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Entretanto, essas tentativas foram bloqueadas, visando estabelecer um arcabouço de proteção cultural no processo de elaboração da Carta Magna de 5 de outubro de 1988.

4 A GESTÃO CULTURAL E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO BRASIL

A gestão de Celso Furtado no Ministério da Cultura, estabeleceu marcos históricos significativos que impactaram profundamente a administração pública e a cultura brasileira. Um exemplo notável é da lei de incentivos fiscais à cultura (Lei nº 8.313/1981). Sendo importante para o fomento e difusão das artes no país, promovendo atividades culturais e apoiando artistas em diversas áreas, como teatro, música e artes visuais.

Além disso, Furtado foi um defensor ativo da preservação do patrimônio cultural brasileiro, contribuindo para a formulação de políticas e programas de proteção e valorização de um estimado legado histórico e artístico. Contribuindo para o fortalecimento da gestão pública da cultura, ademais ampliando o acesso da população brasileira às manifestações artísticas e culturais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais plural e democrática.

A criação do Ministério da Cultura foi um ponto crucial na história da administração pública do Brasil, destacando-se como um marco essencial. Esse evento denota o reconhecimento formal e institucional da cultura como um componente de relevância primordial para o desenvolvimento multicultural do país.

Ao centralizar as políticas culturais em um órgão específico, o governo demonstrou um compromisso mais efetivo com a promoção e proteção das manifestações artísticas e culturais brasileiras, consolidando a cultura como um campo de atuação legítimo e estratégico do Estado. Além disso, a criação do Ministério da Cultura possibilitou a implementação de políticas públicas mais abrangentes e consistentes, abrindo caminho para a democratização do acesso à cultura e para o estímulo à produção cultural em todas as suas formas, contribuindo para a diversidade e o enriquecimento do cenário cultural do país.

Um reflexo da atualidade são seus desdobramentos em projetos que visam estimular a gestão pública baseada em um viés cultural, em um cenário em que a Universidade Pública brasileira desempenha um papel crucial ao promover projetos de extensão e iniciação científica, os quais não apenas disseminam o conhecimento

produzido nas instituições de ensino, mas também democratizam espaços e expressões culturais.

O Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural PIBIAC/UFRJ, por exemplo, influencia e participa ativamente de ações culturais que englobam contextos públicos e políticos, destacando-se como uma importante ferramenta na promoção da diversidade e inclusão em debates muitas vezes elitizados. Nesse sentido, a arte, em sua expressão menos convencional, ganha espaço como um agente transformador e essencial no diálogo entre cultura e administração pública.

O Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural - PIBIAC/UFRJ visa promover e incentivar o desenvolvimento das vocações criativas e investigativas de alunos de graduação da UFRJ nas diferentes áreas artístico-culturais, mediante sua participação em projetos desta natureza ou que envolvam atividade artístico-cultural, inclusive os de caráter interdisciplinar e interdepartamental. (Carta de serviços UFRJ)

A inserção de questões culturais comuns e a análise de suas particularidades em programas acadêmicos promovem a democratização do conhecimento, fomentando propostas de ações em pesquisa e extensão. Essas iniciativas visam não só aprofundar o entendimento do tema em questão, mas também disseminar o conhecimento histórico de forma ampla e acessível. A universidade pública desempenha um papel essencial nesse contexto, atuando como um centro de produção científica e disseminação do saber, ao incentivar projetos que conectam estudantes à sociedade para compartilhar os aprendizados acadêmicos de forma inclusiva.

De acordo com Christofolletti e Serafim as nove dimensões propostas pelos autores que incluem o entendimento acerca da metodologia usada também no âmbito da extensão universitária. Exemplificando tal premissa as bolsas de incentivo à pesquisa e extensão PROFAEX e PIBIAC/UFRJ promoveram experiências acerca de trocas no âmbito prático como o projeto de pesquisa artística e de extensão - “Encontros internacionais 'O brasileiro entre os outros hispanos': afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações” em que fui parte integrante como bolsista. Destacando a complexidade e a importância da extensão universitária como um processo dinâmico e integrado que visa não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a transformação social. Essas dimensões servem como

um guia para a implementação de práticas de extensão que sejam eficazes, sustentáveis e alinhadas com os princípios de responsabilidade social e compromisso comunitário.

A extensão universitária, ao lado do ensino e da pesquisa, compõem o tripé educacional. Embora seja frequentemente considerada o componente mais subvalorizado, sua importância é indiscutível, pois contribui significativamente para o desenvolvimento de valores democráticos e coletivos. Nesse sentido, a extensão não apenas enriquece a formação dos estudantes, mas também traz benefícios palpáveis para a comunidade e a sociedade como um todo. “[...] a extensão comunitária envolverá membros de comunidades diversificadas, geralmente ligadas às classes marginalizadas” (CRISTOFOLETTI, SERAFIM, 2000, p.11). É fundamental reconhecer e fortalecer a extensão como parte integrante e complementar do sistema educacional, mantendo o compromisso com o acesso democrático, público e gratuito ao conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição para a democracia, simbolizada pela eleição de Tancredo Neves e a subsequente presidência de José Sarney, marcou um período de significativas transformações democráticas no Brasil, com forte impacto na administração pública. Durante esse período, houve uma série de reformas administrativas que visavam modernizar e tornar mais eficiente a gestão pública.

A criação do Ministério da Cultura foi um passo significativo nessa trajetória, refletindo a valorização crescente da cultura como elemento essencial no desenvolvimento democrático do país. Apesar dos desafios e das críticas enfrentadas, como as questões de financiamento e o receio de intervenção estatal na cultura, a criação do Ministério evidenciou o reconhecimento da importância da cultura como parte integral do projeto de redemocratização e fortalecimento da identidade nacional.

Ao assumir como Ministro da Cultura, Celso Furtado ampliou a discussão acerca da dimensão cultural do desenvolvimento, explicitando que o subdesenvolvimento não era apenas um fenômeno econômico, mas também

cultural. Sua visão envolvia uma análise profunda das origens do subdesenvolvimento, relacionando-o à modernização dos padrões de consumo influenciados por tais relações. Considerando integrar a dimensão cultural nas políticas públicas, incentivando não apenas a produção cultural, mas também a democratização do acesso à cultura.

Sua gestão foi marcada pela implementação de políticas inovadoras, como a primeira legislação brasileira de incentivos fiscais para produção cultural, demonstrando uma visão integrada do desenvolvimento econômico e cultural. Além disso, sua atuação promoveu uma maior inclusão social e valorização da diversidade cultural brasileira, contribuindo para a preservação do patrimônio e a promoção de uma cultura mais acessível e democrática para toda a sociedade.

A observância da relevância crucial reside na contínua reflexão sobre a necessidade de manutenção da atuação ministerial. Esta questão foi objeto de uma batalha incansável durante a gestão de Celso Furtado e permanece como um tema de debate atual, especialmente em contextos políticos que tendem a diminuir o peso das representações democráticas e subestimar o papel da cultura como um pilar fundamental na construção e preservação da memória coletiva da sociedade civil.

"Considero necessária, ainda, a extinção do Ministério da Cultura", sentenciava em O Globo, em 21 de junho de 1987, o escritor Márcio de Souza, então em evidência. "Ele é inútil", acrescentou o romancista. "Aquele pessoal todo lá tem mais é que trabalhar na agricultura. Em outras palavras, ir plantar batatas." [...] Essas críticas, quase sempre no tom superficial e interesseiro, dominaram o panorama até que o presidente Collor consumou o fato, em 1990, dando início às lamentações pela volta da pasta, recriada por Itamar Franco, em fins de 1992. (FURTADO, 2012 [1986])

A gestão de Celso Furtado no Ministério da Cultura representou um marco na história da administração pública do Brasil, reconhecendo formalmente a cultura como um elemento essencial para o desenvolvimento sociocultural do país. Essa iniciativa centralizou as políticas culturais, demonstrando um compromisso efetivo do governo com a promoção e proteção das manifestações artísticas e culturais brasileiras. Além disso, as ações ministeriais possibilitaram a implementação de políticas públicas mais abrangentes e consistentes, democratizando o acesso à

cultura e estimulando a produção cultural em todas as suas formas, enriquecendo assim o cenário cultural do Brasil.

Portanto, os avanços mencionados têm repercussões contemporâneas em iniciativas que se estendem ao contexto social das Universidades Públicas brasileiras, representando um marco na redemocratização e na continuidade das atividades voltadas à sociedade civil. Essas iniciativas visam estimular programas e projetos, como o já mencionado PIBIAC/UFRJ, que permitem que a arte seja considerada um elemento integrador no processo de gestão pública. Nesse sentido, a perspectiva cultural oferece um escopo essencial para o desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

Agência Senado. **Lei Sarney foi pioneira no incentivo à cultura**. 2011. Disponível em: [Lei Sarney foi pioneira no incentivo à cultura — Senado Notícias](#). Acesso em: 10 jan. 2024.

Agência Senado. **Lei Sarney deu origem a tudo, após 14 anos de persistência**. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/lei-rouanet-faz-20-anos-prestes-a-ser-substituida/lei-sarney-deu-origem-a-tudo-apos-14-anos-de-persistencia> . Acesso em: 20 dez. 2023

ASSIS, Charleston José de Souza. **Um, Dois, Três, Quatro, Cinco, Mil, Queremos Eleger O Presidente Do Brasil - A Campanha Diretas Já E O Fim Da Ditadura Militar**. In Caderno de Estudos e Pesquisas, Ano XI , n 25, 2006.

Botelho, Isaura. **Romance de formação: Funarte e política cultural**, 1976-1990. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

BRASIL. **Emenda nº 5 de 1983**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 ago. 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc05.htm. Acesso em: 24 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 92.489, de 24 de março de 1986**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 mar. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D92489.htm. Acesso em: 124 nov. 2023.

COURI, Norma. **Cultura-85, um debate que começa**. In: Folha de S.Paulo, São Paulo, 6 jan. 1985, p. 12.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. **Dimensões Metodológicas e Analíticas da Extensão Universitária**. Educação & Realidade, v. 45, n. 1, 2020.

FERRON, M. Fábio; ARRUDA, A. N. Maria. **Cultura e política: a criação do Ministério da Cultura na redemocratização do Brasil**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 31, n. 1, p. 173-193, São Paulo, 2019.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura (Arquivos Celso Furtado 5)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012.

_____**Diários intermitentes (1937-2002)**. Organizado por Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____**Correspondência intelectual (1949-2004)**. Organizado por Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

LULA PRESIDENTE. **Brasil: cultivar a memória, inventar o futuro**. Programa Setorial de Cultura. Brasil, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Cultura é um bom negócio**. Brasília: MINC, 1995.

MONTENEGRO, Fernanda. **Prólogo, ato, epílogo: memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Resoluções CEG 05/2004; **Lei 9.784/99**; **Lei 12.527/11**; **Artigos 5º, XXXIII e 37 da CRFB/88. Bolsa PIBIAC (Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural)**. Disponível em: [Bolsa PIBIAC \(Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural\) - Carta de Serviços - Carta de Servi?os](#). Acesso em 10 mar. 2024.

REVISTA VEJA, **São Paulo**, 25 abr. 1984, p. 22.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **A cultura, além destas idas e vindas do Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação 192, São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

SALGADO, Amanda. **Quando o Brasil tinha Celso Furtado e um Ministério da Cultura**. Instituto IDEA, 2020. Disponível em: [Quando o Brasil tinha Celso Furtado e um Ministério da Cultura - IDEA](#). Acesso em 6 nov. 2023

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **BRASIL: UMA BIOGRAFIA**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.